

INTRODUÇÃO AO GUIÃO – SABE SEGUIR INSTRUÇÕES

Informação geral

- Objectivos:** Os participantes aprendem a seguir instruções do Guião de Planificação e a procurarem obter um melhor conhecimento geral das actividades antes de começarem a operacionalizar
- Duração:** 45 min
- Técnicas:** Exercício de simulação – Sabe Seguir Instruções
- Nível de dificuldade:** Médio
- Requisitos:**
- cópias com exercícios (sabe seguir instruções) para os participantes
 - uma caneta para cada participante
 - Relógio para controlar o tempo
 - Prémio para o primeiro participante a terminar.
 - Quadro metaplan e alfinetes para afixar os resultados dos participantes.
 - Data show e laptop; ficheiro com o slide do DE-B_5_1b_Sr_Almeida.ppt
- Preparação da sala:** As cadeiras estão colocadas em forma de U com espaço suficiente para a produção individual.

Introdução

Muitas vezes preenchemos vários documentos no nosso local de trabalho e não prestamos a devida atenção antes de os preencheremos.

Estamos sobrecarregados com inúmeros documentos a serem preenchidos, os funcionários por vezes não tem paciência para lerem os documentos na íntegra antes de preencher.

Com relação a isto foi desenvolvido este exercício para mostrar a importância de ler os documentos antes de serem preenchidos, para que não se cometam erros que perfeitamente podem ser evitados. Assim os participantes virão o quanto importante é ler e seguir as instruções dos documentos.

No caso será entregue a cada participante uma folha com um exercício onde eles têm de seguir as instruções antes de o fazer. O exercício recomenda que cada participante tem de ler até ao fim todas as perguntas antes de responder, quando acabam as perguntas em baixo aparecerá uma nota a dizer que perguntas os participantes deviam respondido. Quem tiver respondido perguntas que exercício não indica a ser respondido mostrará que não leu até ao fim do exercício antes de responder e que não obedeceu o que o exercício preconizava.

Você como facilitador deverá distribuir as folhas de exercício e informar aos participantes que o exercício deverá ser feito individualmente e que cada participante tem apenas 3 minutos para responder. O primeiro participante a terminar o exercício tem um prémio.

Procedimento

Passos	Tempo	Conteúdos mais importantes	Material requerido	Dicas
Introdução	5'	Informe aos participantes que chegou a hora de fazerem um pequeno teste. Mantenha os participantes sentados nos seus lugares e entregue a cada um, uma cópia do exercício a ser feito e explique a eles para seguirem as instruções que o exercício recomenda.		O facilitador apresenta o exercício como forma de praticar a atenção quando vai se preencher um documento
Acção	5'	Os participantes têm 3 minutos para terminar a actividade. Não intervenha no curso do exercício e não responda a nenhuma questão.	Folhas com a cópia do exercício; caneta	O stress pode ser aumentado ao anunciar em voz alta que falta pouco tempo para o terminar o exercício. Confirme que os participantes façam individualmente o exercício. Deixe que os participantes levem mais tempo do que o anunciado para dar tempo de chegarem a última pergunta.
Publicação	10'	Recolha as folhas com exercício feito e coloque-as no quadro metaplan. Leia junto com os participantes a parte inicial do exercício até a primeira pergunta.	Prémios Quadro metaplan e alfinetes	Lembre-se de que só poderá ter um vencedor – que é o participante que fizer o exercício correctamente em menos tempo.

Passos	Tempo	Conteúdos mais importantes	Material requerido	Dicas
		Depois leia a penúltima pergunta. Isto fará com que haja um entendimento comum sobre a acção. Depois de todos terem o mesmo entendimento, você deverá solicitar aos participantes para identificarem as folhas de exercícios que foram correctamente preenchidas. Anuncie o vencedor.		
Processamento	10'	A discussão deve ser sustentada com objectivo de analisar o comportamento dos participantes envolvidos com respeito aos objectivos a alcançar. <ul style="list-style-type: none">• Porque que os participantes não seguiram as instruções do exercício? Como é que a questão do stress e pressão do tempo influenciou o vosso trabalho?		
Generalização & Aplicação	15'	Vocês têm experiência de situações em que não seguiram as regras e como consequência o resultado do vosso trabalho não foi positivo? [peça alguns exemplos] Vocês vêem alguma relação entre este	Data show, laptop e ficheiro do Sr. Almeida.	O slide do Sr. Almeida pode ajudar a

Passos	Tempo	Conteúdos mais importantes	Material requerido	Dicas
		exercício e o vosso trabalho no que diz respeito a elaboração do CFMP? Existe um guião para elaboração CFMP? Vocês todos conhecem o guião? Que conclusões gerais podem ser tiradas para as suas actividades de trabalho?		

Dicas para a preparação, situações e problemas típicos

Aproveite o facto de as instruções recomendarem que os participantes só têm 3 minutos para fazer o exercício para por alguma pressão sobre os mesmos. De um em um minuto anuncie o tempo em falta.

Poderá encontrar grupos lentos a resolverem o exercício. Nestes casos pode deixar que o façam com mais tempo e fazer-se de despercebido ao controlar o tempo. É importante dar tempo aos participantes de chegarem a penúltima pergunta para perceberem que não seguiram as instruções.

Variação

- 1) Usos e objectivos alternativos
- 2) Minimizar/Maximizar

Material de fundo

Exercício

SABE SEGUIR INSTRUÇÕES?

Claro que sabe. Aqui está a sua oportunidade de o provar. Basta concentrar-se; mas lembre-se:

TEM APENAS TRÊS MINUTOS!

1. Leia tudo antes de fazer qualquer coisa.
2. Coloque o seu nome no canto superior direito desta página.
3. Faça um círculo em torno da palavra “nome” na Instrução nº 2.
4. Desenhe cinco quadrados pequenos no canto superior esquerdo deste papel.
5. Coloque um “X” em cada quadrado.
6. Coloque um círculo em torno de cada quadrado.
7. Assine o seu nome no fim do texto.
8. Por baixo do título, escreva “Sim, sim, sim”!
9. Coloque um círculo em torno de cada palavra na Instrução nº 8.
10. Coloque um “X” no canto inferior esquerdo desta página.
11. Desenhe um triângulo em torno do “X” que acaba de escrever.
12. No verso desta página multiplique 13 vezes 17.
13. Desenhe um rectângulo em torno da palavra “papel” na Instrução nº 4.
14. Grite o seu nome quando chegar a este ponto do teste.
15. Se acha que seguiu correctamente as instruções até este ponto, grite “Segui!”.
16. No verso da página, some 3950 a 9850.
17. Faça um círculo em torno da sua resposta. Coloque um quadrado em torno do círculo.
18. Conte em voz alta em ritmo normal, de 10 a 1.
19. Agora que terminou de ler cuidadosamente, faça apenas as Instruções nº 2 e 7.
20. Após concluir o teste, reflecta em silêncio.



Ministério da Agricultura
Direcção de Economia

Guião de Planificação para 2010

1. Introdução

O Ministério da Agricultura deverá preparar o Plano Económico e Social (PES) assim como o Plano Anual de Actividades e Orçamento (PAAO) referente ao ano de 2010 tendo em conta o Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA). Neste sentido, junto remetemos as instruções a serem observadas no processo de elaboração dos Planos, bem como os prazos estabelecidos para o envio destes à Direcção de Economia para efeitos de globalização e harmonização com vista ao seu envio ao MPD (Ministério de Planificação e Desenvolvimento) e MF (Ministério das Finanças) onde por sua vez serão globalizados e enviados à Assembleia da República para efeitos de aprovação.

As orientações que o presente documento apresenta, visam apoiar todos os órgãos da Agricultura, na elaboração das respectivas propostas de Plano Económico e Social (PES) e PAAO para o exercício económico de 2010, pelo que deverão ser devidamente seguidas e em caso de dúvida contactar a Direcção de Economia (DE) para efeitos de esclarecimento.

A elaboração das propostas do Plano Económico e Social e de Orçamento do Estado deve assentar nas orientações e prioridades definidas para a Revolução Verde e na operacionalização do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II) ou Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA), instrumentos que orientam as actividades da Agricultura.

A crise global alimentar e financeira impõe intervenções reforçadas e harmonizadas na agricultura.

2. Natureza das Funções e Actividades no Quadro do Mandato do MINAG.

Para melhor classificação das intervenções das actividades a ser contempladas, foram definidas no quadro de planificação dois tipos de intervenções; nomeadamente as **Funções Nucleares e Projectos de Desenvolvimento**. Dentro dos Projectos de Desenvolvimento temos: Projectos do MINAG (*Supply drive*) e Projectos de Desenvolvimento Local (*Demand driven*).



2.1 Funções Nucleares

São as funções exclusivamente inerentes ao MINAG como instituição do Estado, (Formulação de Políticas, Serviços de Regulamentação, Funções de Coordenação, Serviços Obrigatórios, Pessoal e Administração, e ainda a definição de prioridades do Sector e Programas de Desenvolvimento).

As características básicas das Funções Nucleares são:

- Estas referem-se basicamente a serviços mandatários do Estado na agricultura;
- Tem um carácter permanente e rotineiro;
- São de âmbito nacional;
- Incluem todas as actividades consideradas normais do Ministério incluindo o desenvolvimento institucional e monitoria e avaliação.

Entende-se deste modo que todas as funções e actividades que o Ministério está a executar numa forma normal e permanente incluindo os Programas Nacionais e actividades ligadas ao desenvolvimento e reestruturação institucional do Ministério são consideradas Funções Nucleares. Neste contexto, são também consideradas Funções Nucleares as seguintes actividades:

- actividades normais da extensão pública;
- actividades de "fomento";
- actividades ligadas à regulamentação específica (exemplo bio-diesel);
- infra-estruturas do MINAG (exemplo construções e/ou reabilitações de edifícios e outras infra-estruturas);
- despesas que advenham do recrutamento do pessoal, no contexto da nova estrutura do MINAG. Salientar ainda que as actividades que se enquadram no grupo das Funções Nucleares podem também ser implementadas por outros actores (sector privado) no caso vertente as ONGs que têm actuado no sector de Extensão Agrária e outros parceiros.

2.2 Projectos de Desenvolvimento

2.2.1. Generalidades

As características básicas dos Projectos de Desenvolvimento são:

- respondem as prioridades de Desenvolvimento Agrário;
- respondem ao Plano Director de Desenvolvimento Agrário da Província ou Distrito;
- tem um horizonte temporal definido;
- são orientados pela procura de âmbito local;
- planificados junto com os parceiros locais;
- têm de dar solução aos constrangimentos relativos às cadeias de produção;
- aprovados no seio dos Governos Provinciais;
- são sustentáveis ao longo do tempo.



Neste contexto, os Projectos de Desenvolvimento devem estabelecer um instrumento para:

- Promover a planificação e implementação das acções entre os diferentes actores públicos e privados descentralizados e coordenados pelos Governos Locais no contexto da descentralização (LOLE);
- Criar condições para que o sector privado tenha um papel cada vez mais actuante tomando a responsabilidade de prover insumos e serviços de natureza privada;
- Responder às prioridades definidas pelo Ministério e adaptadas às condições locais
- Criar condições para aumentar a capacidade de produção e produtividade agrária das mulheres e dos agregados vulneráveis, assim como facilitar o acesso dos seus produtos ao mercado.

Quer dizer que os Projectos de Desenvolvimento representam actividades que mostrem as características acima indicadas, e que são identificadas, formuladas e implementadas no âmbito local (Província, Distrito e Comunidades) sob a responsabilidade das DPAs e SDAEs.

2.2.2. Projectos Âncora (Grandes Projectos)

Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA)

- **Construção e Reabilitação de Regadios**
- **Aquisição e Produção de Semente de Qualidade**
- **Campanhas Fitossanitárias**
- **Aquisição de Maquinarias e Juntas para Tracção Animal**

Neste grupo de Projectos também se podem incluir actividades ligadas a Cadeia de Valor das culturas eleitas, provisão de insumos, acesso a terra, tracção animal, amanhos culturais, colheita, pós-colheita (processamento e comercialização).

Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais

Para os projectos financiados pelo Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) deve-se incluir acções ligadas a Assistência Técnica (Estudode viabilidade, pós-colheita, extensão agrária) por parte dos técnicos das Direcções Provinciais e Serviços Distritais de Actividades Económicas. Há necessidade também de incluir acções relacionadas com a mobilização de fundos para financiamento de projectos da área da agricultura.

3. Orçamentação das duas Áreas

No processo de orçamentação, deve-se sublinhar a necessidade de manter uma separação entre as Funções Nucleares e os Projectos de Desenvolvimento de modo a que:

- Os custos das DPAs e SDAEs relativos ao processo de planificação e monitoria dos Projectos de Desenvolvimento têm de ser previstos dentro do orçamento para os Funções Nucleares;
- Os custos ligados ao envolvimento de pessoal ou equipamento do Ministério (especialmente as DPAs e SDAEs) nas actividades de implementação e monitoria dos Projectos de Desenvolvimento têm de ser previstos dentro do orçamento para as Funções



Nucleares. Isto inclui gastos operacionais do pessoal do Ministério quer seja para deslocações, alojamento e alimentação. Vide em anexo as funções cobertas em cada área.

4. Metodologia de Planificação

4.1. Funções Nucleares

Um PAAO (Plano Anual de Actividades e Orçamento) consistente nesta área deve reflectir as intervenções obrigatórias previstas dentro do mandato da instituição e para cada uma das componentes durante a vigência do Plano Quinquenal do Governo, observando todos os princípios que nortearam a elaboração do ProAgri, no que se refere aos objectivos, resultados e actividades de curto, médio e longo prazos tendo em conta o alcance das metas previstas.

À semelhança do último exercício, a formulação das Funções Nucleares circunscreve-se fundamentalmente na operacionalização do mandato do Ministério. Neste contexto, todas as Direcções Nacionais e Provinciais e Instituições Subordinadas da Agricultura desdobraram o seu mandato em actividades concretas que serão realizadas numa base anual com o estabelecimento dos respectivos indicadores, metas e âmbito de realização, inclui os indicadores do quadro de avaliação de desempenho para 2010: **(Matriz de Indicadores do Memorandum de Entendimento em anexo)**.

O Governo, representado pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento vai monitorar a implementação do PARPA II. Assim, recomenda-se a todas as instituições a obrigatoriedade da observância do preconizado no PARPA-II, **Orientações da Direcção do MINAG, Estratégia do HIV/SIDA, Plano Estratégico do SETSAN, Estratégia de Desenvolvimento Rural, Plano de Acção de Género, Programa Nacional de Extensão (PRONEA) e Plano de Acção para Produção de Alimentos, Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA)** por forma a salvaguardar a incorporação das acções estabelecidas nos documentos acima referidos no Plano Anual de Actividades e Orçamento para 2010.

4.2. Projectos de Desenvolvimento

Existem no MINAG duas abordagens sobre os Projectos de Desenvolvimento. Uma onde o MINAG é responsável pela Promoção do Desenvolvimento Agrário e outra onde o MINAG responde as necessidades das Comunidades Locais. Nos Projectos do MINAG, o ministério formula os mesmos tomando em consideração o nível de conhecimento da realidade no terreno tendo como base os levantamentos que são feitos pelas diversas instituições do ministério bem como pela rede de extensão. Nos Projectos de Desenvolvimento Local, as comunidades locais identificam, formulam os projectos em função do levantamento que fazem das suas necessidades nas diferentes áreas. (ex. Segurança Alimentar, Aumento da renda, Aumento de áreas de cultivo).

Sobre os Projectos de Desenvolvimento Local

Sendo os Projectos de Desenvolvimento Local (PDL) uma nova área de intervenção, o Ministério pretende assumir a sua implementação com gradualismo. Em 2006 foram definidos 20 distritos



pilotos em todo o país, correspondente a 2 distritos em cada província, os quais deverão ser mantidos para a planificação do PAAO 2010 por forma a consolidar o exercício em curso.

Segundo o Guião dos PDL (Projectos de Desenvolvimento Local), para o exercício de 2010 em princípio deveria ter havido uma divulgação junto do público, usando diferentes meios de comunicação em posse dos distritos, para anunciar a disponibilidade de fundos para financiar, de maneira competitiva, os projectos de desenvolvimento local no período compreendido entre os meses - **Janeiro a Março**.

O guião sobre os projectos acima referidos, orienta a necessidade de se ter em consideração as especificidades de género. Deve-se garantir que o instrumento para a monitoria dos mesmos esteja desagregado por sexo.

Espera-se que os proponentes tenham feito a entrega das propostas aos SDAEs durante o mês de Abril e Maio para que sejam analisadas durante o período – **Maio a Junho**, tendo em conta os seguintes passos.

- Nos SDAE – primeira semana de Maio – verificação primária da elegibilidade dos candidatos e das respectivas propostas em termos de enquadramento em relação às características dos Projectos de Desenvolvimento Local.
- No Governo Distrital até meados de Maio – para apreciação e proposta de selecção ao Conselho Consultivo do Distrito e inscrição no PES dos Distritos após parecer do Conselho Consultivo.
- No Conselho Consultivo do Distrito terceira semana de Maio – para apreciação e parecer sobre a proposta de selecção do Governo do Distrito.
- Na DPA – primeira semana de Junho – para apreciação das propostas dos distritos e proposta de selecção ao Governo da Província e inscrição PES provincial após aprovação pelo Governo da Província.
- No Governo Provincial até meados de Junho – para aprovação dos projectos e instrução para inscrição no PES provincial.

Sobre os Projectos do MINAG

Nos exercícios de planificação, o papel principal do MINAG a distintos níveis cinge-se na identificação das necessidades dos beneficiários, o grupo alvo, a ligação da iniciativa com as prioridades e resultados estabelecidos pelo MINAG bem como a magnitude das metas.

Dependendo da complexidade da intervenção, o passo seguinte para a DPA (Direcção Provincial de Agricultura)SDAE (Serviços Distritais de Actividades Económicas), poderá ser o desenho dos Termos de Referência e o respectivo caderno de encargos para lançar-se um concurso por forma a que entidades especializadas possam desenhar o projecto pormenorizado. Poderá haver situações onde a DPASDAE possui capacidades para o efeito podendo eles mesmos formular os aspectos de detalhe do projecto.

As características gerais dos projectos propostos devem ser as seguintes:

- Orientados para resultados concretos e possuem metas quantificadas;

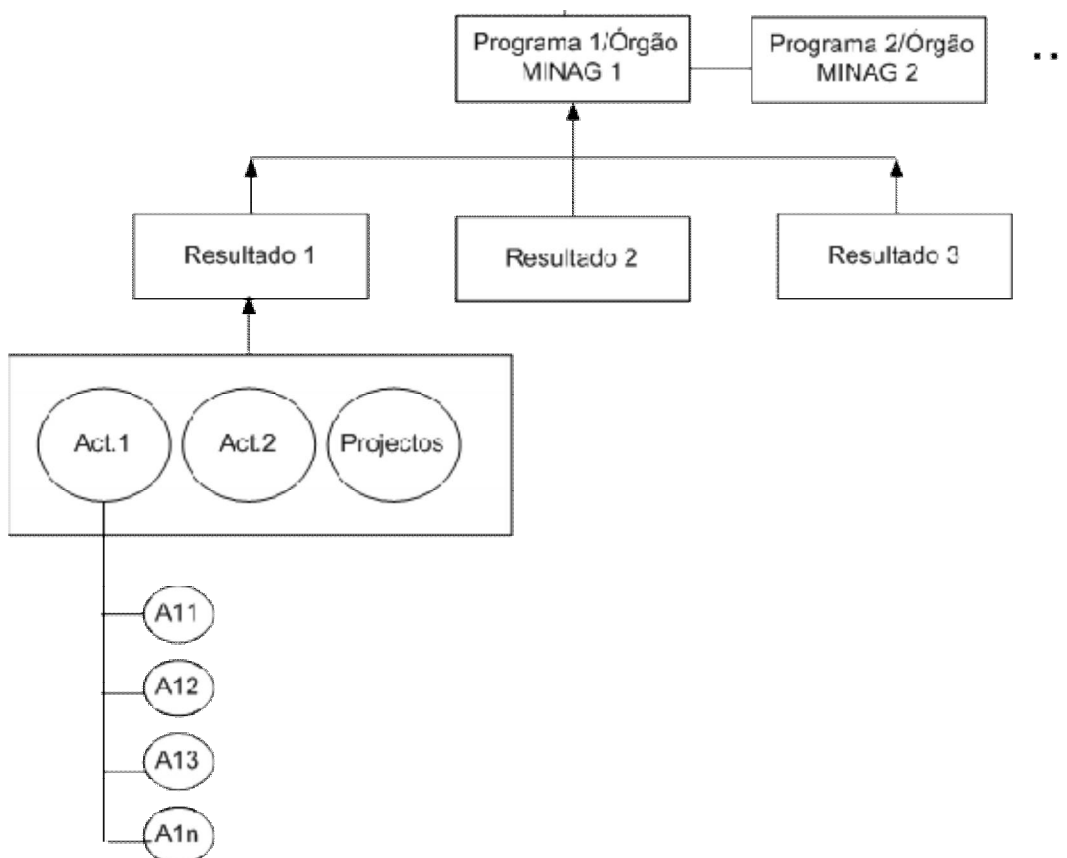


- os Termos de Referência deverão identificar claramente as necessidades das mulheres e dos homens, a estratégia para responder a tais necessidades e o impacto esperado do projecto no seu desenvolvimento.
- Têm como grupo-alvo os pequenos produtores mulheres e homens (sector familiar – é importante distinguir as famílias chefiadas por mulheres e famílias chefiadas por homens, associações – é importante identificar o número de mulheres e homens dentro das associações separadamente) e mulheres e homens privados de média dimensão;
- Têm complementaridade com as Funções Nucleares;
- A sua localização geográfica está baseada na concentração e zoneamento para a maximização dos impactos;
- Visam objectivos de médio prazo, mas inserem-se em acções de uma visão de longo prazo e integrada no quadro do Plano Estratégico.



Os projectos não deverão ter uma duração superior a três anos. Assim, porque eles vão ser inscritos anualmente nos PAAOs, devem ser apresentados com uma descrição clara das principais intervenções ou acções a realizar incluindo o cronograma de actividades, resultados esperados, metas anuais e respectivos orçamentos.

Numa primeira fase, a apresentação das propostas será feita de forma resumida, como abaixo se indica:





Quadro Resumo de apresentação dos Projectos de Desenvolvimento

Nome do Projecto	
Localização	A sua localização geográfica deve estar baseada numa área onde haja concentração e zoneamento para a maximização dos impactos
Beneficiários do Projecto/Programa	<ul style="list-style-type: none">• Grupo alvo a atingir – mulheres e homens• Objectivos estratégicos a alcançar (Vide a matrix operacional do PARPA-II)• Número de beneficiários mulheres e beneficiários homens
Coordenador do Projecto	<ul style="list-style-type: none">• Coordenador do Projecto/programa• Outras componentes• Outros intervenientes
Descrição Sumária do Projecto/Programa	<ul style="list-style-type: none">• A razão da existência do projecto – De que forma o projecto vai alcançar os resultados preconizados pelo MINAG e reflectidos na matrix do PARPA-II• Duração do projecto• Orçamento global
Relevância do Projecto/Programa	<ul style="list-style-type: none">• Constrangimentos a resolver. É importante descrever claramente que constrangimentos existem para que as mulheres beneficiem do Projecto/Programa e de que forma é que esses constrangimentos serão resolvidos.
Aspectos institucionais de complementaridade	<ul style="list-style-type: none">• Treinamento. As mulheres estão incluídas nestas acções? É importante clarificar• Controlo de qualidade das intervenções de terceiros• Monitoria. É importante que o sistema de recolha de dados relativos a implementação do Projecto/Programa apresente os seus dados desagregados por sexo. Isto irá permitir controlar a implementação e o impacto dos projectos nas mulheres e nos homens
Abrangência dos Pilares de Desenvolvimento Agrário	<ul style="list-style-type: none">• De que forma os pilares são abordados no Projecto/Programa
Assuntos transversais	<ul style="list-style-type: none">• De que forma os aspectos de género, HIV/SIDA e ambiente são abordados no Projecto/Programa.
Quadro lógico do Projecto/Programa	<ul style="list-style-type: none">• Objectivo geral do Projecto/Programa• Objectivo específico• Resultado/s. os resultados devem ser apresentados desagregados por sexo para facilitar uma análise de género
Cronograma	<ul style="list-style-type: none">• Cronograma geral de actividades do projecto (Plano de campanha) Actividades relativas especificamente ao envolvimento das mulheres aparecem destacadas?
Actividades	<ul style="list-style-type: none">• Actividades gerais & anuais• Responsável• Indicadores devem estar desagregados por sexo• Metas para mulheres e homens. Tais metas são estabelecidas com que base?• Orçamento. As actividades a serem realizadas para assistência das mulheres estão cobertas financeiramente?



5. Monitoria e Avaliação

Uma vez aprovado o projecto, a DPA incluirá no respectivo PAAO (Funções Nucleares) as actividades de monitoria e avaliação. Estas, em princípio, farão parte das actividades de monitoria e avaliação normais, devendo ser acrescidos os custos adicionais que derivem da monitoria e avaliação específicas dos Projectos de Desenvolvimento Local.

Isto significa que quando uma equipa da DPA se desloca a um distrito para actividades rotineiras de monitoria, incluirá no respectivo plano a monitoria dos Projectos de Desenvolvimento Local em execução nesse distrito. Os custos (ajudas de custo, combustíveis, etc.) adicionais resultantes desta inclusão serão também inscritos no PAAO.

Nos casos em que se programe uma deslocação exclusivamente dedicada à monitoria dos Projectos de Desenvolvimento Local, então os custos deverão ser incluídos no PAAO, na sua totalidade. A DPA deverá planificar pelo menos duas visitas anuais aos Projectos de Desenvolvimento Local.

Por seu turno, o SDAE/DDA fará a monitoria regular do projecto, com um mínimo de quatro visitas anuais a cada projecto. Duas dessas visitas serão na companhia do pessoal da DPA e duas serão feitas pelo SDAE/DDA. Os custos destas serão também incluídos no PAAO.

6. Limites Indicativos para 2010

Neste momento o MINAG está a finalizar o desenho do Cenário das Fiscal de Médio Prazo (2010-2012), instrumento que irá permitir a definição de limites para os Planos Anuais de 2010. Após a aprovação do mesmo pelo Governo, será feita a comunicação dos recursos alocados as demais instituições do Ministério.

O Cenário de Fiscal de Médio Prazo (CFMP) constitui um instrumento importante de programação e orçamentação que permite associar os objectivos de política do MINAG e a consequente despesa pública num horizonte temporal de três anos (2010-2012).

Todos os projectos e financiamentos existentes fora do mecanismo comum do ProAgri deverão ser inscritos como recursos adicionais aos limites fixados, devendo-se, contudo, apresentar a documentação comprovativa dos respectivos acordos de financiamento.

As instituições com receitas consignadas deverão na altura da preparação do Orçamento, apresentar, num processo à parte, a informação detalhada sobre estas e as respectivas despesas, devendo anexar-se os elementos que as fundamentam (ex. legislação, etc.). As instituições deverão por outro lado, apresentar a distribuição da receita prevista nos termos estabelecidos pela legislação. Posteriormente esta informação será analisada e compatibilizada pela Direcção Nacional de Impostos e Auditoria do Ministério das Finanças.



7. Balanço do primeiro Semestre 2008 e Proposta Anual para 2009

A Direcção Nacional de Economia tem como uma das suas atribuições, a elaboração de proposta anual, balanços anuais e trimestrais das actividades do sector. Esta acção é executada em estreita coordenação com as outras Direcções Nacionais, Instituições Subordinadas e as Direcções Provinciais, que fornecem informações sobre o desempenho dos sectores agrícolas (campanha agrícola), pecuário, florestal e faunístico.

Sendo assim, e com vista a elaboração do **Balanço do primeiro Semestre da Campanha Agrícola 2008/2009, e proposta anual do Plano Económico Social para 2010, a Província, a Direcção Nacional ou Instituição Subordinada**, deverá tomar em consideração os seguintes pontos:

- Áreas/culturas/sector de actividade
- Produção/cultura/sector de actividade
- Comparação com o período de 3 anos anteriores fundamentando as variações ocorridas no que diz respeito aos aspectos relacionados com Sementes, Serviços de Extensão, Investigação, Irrigação, Aumento de Áreas e Produção, e outros que sejam relevantes para o aumento ou decréscimo da produção.
- Ponto de situação das principais actividades programadas para o PES 2009 e outras actividades de impacto.
- Constrangimentos

Como forma de sustentar o balanço solicita-se também o envio de uma matriz das principais actividades de impacto do sector.

PES 2010

Para a Proposta anual os sectores devem apresentar os grandes desafios e prioridades para o próximo ano, aspectos que devem receber uma atenção particular, para garantir a prossecução da política de desenvolvimento traçada no Programa Quinquenal do Governo (PQG) em geral, na Estratégia da Revolução Verde através do Plano de Acção para Produção de Alimentos (PAPA) e no PARPA II em particular, assim como os planos estratégicos do sector e/ou província e os compromissos assumidos pelo governo perante os parceiros de cooperação.

A proposta deve apresentar os principais objectivos para o próximo ano e os resultados a serem alcançados neste período, em relação as prioridades definidas, para fundamentar a relevância da proposta. Os objectivos devem ser ilustrados por indicadores e metas quantificadas onde existirem. Estes objectivos, resultados, indicadores e metas devem ser orientados pelos Planos Estratégicos dos sectores, o PARPA II incluindo os indicadores do PAF.



8. Prazos

Para que o processo de planificação decorra dentro dos prazos superiormente estabelecidos, que já são do conhecimento de todos, contamos com a colaboração incondicional de V.Excias, para que enviem a cópia electrónica do PAAO¹, e da proposta do PES à Direcção de Economia **impreterivelmente até ao dia 26 de Junho próximo** para efeitos de globalização. O balanço do 1º semestre do PES 2008 deverá ser enviado até ao dia 15 de Julho.

Tipo de Documento	Data Limite
1. PES 2010	10 de Julho de 2009
2. Balanço do PES do 1º Semestre 2009	5 de Julho 2009
3. PAAO 2010	10 de Julho de 2009
4. Projectos de Desenvolvimento	30 de Junho de 2009
5. Orçamento de Funcionamento	10 de Julho de 2009

Quanto aos projectos, estes serão apresentados em duas fases, nomeadamente:

Todos projectos devem estar alinhados com aquilo que acontece ao nível dos distritos.

- Os Projectos de Desenvolvimento devem ser inscritos ao nível da província com o envolvimento e aprovação do governo do distrito. Pelo que as DPA's deverão submeter a apreciação, análise e aprovação pelo Governo Provincial e posteriormente enviados á DE até 30 de Junho de 2009 na sua forma preliminar mas já evidenciando os passos a serem dados no sentido de se integrar as componentes complementares.
- Mais tarde, até 30 de Outubro, os mesmos deverão ser entregues os documentos escritos na sua versão final.
- A carta de aprovação dos projectos pelo Governo Provincial deverá conter:(i) a relação dos projectos aprovados e (ii) os montantes globais respectivos.

A não observância dos prazos acima mencionados pode significar a não inclusão dos planos da(s) Instituições em causa no orçamento e consequentemente o não financiamento dos mesmos.

Por questões de globalização e harmonização e de consideração de aspectos específicos do **Orçamento de Funcionamento** chamamos a atenção aos organismos centrais, nomeadamente, as Direcções Nacionais e Instituições Subordinadas para que os respectivos orçamentos preenchidos nos modelos apropriados, sejam enviados no mesmo prazo (10 de

¹ Independentemente de ter sido ou não submetido à apreciação do Governo Provincial e/ou ao colectivo de Direcção para o caso dos Organismos Centrais.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Julho de 2009), à **Direcção de Economia**, a qual fará a devida análise e compilação para posterior envio as instituições competentes nomeadamente o Ministério de Planificação e Desenvolvimento e Ministério das Finanças.

Áreas cobertas por cada Natureza de Função

Componente	Funções Nucleares	Projectos de Desenvolvimento
1. Desenvolvimento Institucional	Políticas e Estratégias, Coordenação, Estatísticas, Gestão Recursos Humanos, Materiais e Financeiros, Formação, Construções, Regulamentação, Planificação e Monitoria, SIG (Sistema de Informação para Gestão)	
2. Pecuária	Políticas e Estratégias, Estatísticas, Regulamentação, Fiscalização e Inspeção, Vacinas Obrigatórias, Prospecções Zoo-Sanitárias.	Infra-Estruturas Pecuárias, Formação dos Produtores e Criadores, Marcação do gado. Promoção de Serviços Veterinários, Fomento Pecuário, Tracção Animal.
3. Extensão	Transmitir Tecnologias, Promover o Associativismo, Estratégias, Coordenação, Vacinas Obrigatórias,	Promover o Associativismo, Formação em Gestão. Fardamento e Kit para o Extensionista.
4. Apoio à Produção	Políticas e Estratégias, Coordenação, Monitoria da Campanha, Regulamentação e Fiscalização, Controle Fitossanitário,	Aprovisionamento de Insumos, Multiplicação de Sementes, Material Vegetativo e Fruteiras.
5. Florestas	Políticas e Estratégias, Coordenação, Regulamentação e Fiscalização, Licenciamentos e Concessões Florestais. Controle de Queimadas, Conflito Homem-Animal, Colectar Receitas.	Reflorestamento, Acções de Conservação?
6. Terras	Políticas e Estratégias, Regulamentação e Fiscalização, Cadastro de Terra, Tramitação dos Títulos e Consulta Comunitária, Colectar Receitas e Cobrar Taxas.	Demarcações
7. Investigação	Políticas e Estratégias, Coordenação, Produzir, melhorar, adequar Tecnologias, Multiplicar Semente Pré Básica.	Acções de Investigação que respondem as necessidades específicas ao nível dos produtores.
8. Irrigação	Políticas e Estratégias, Coordenação, Fiscalização e Monitoria de Obras.	Construção e Reabilitação de Infra-Estruturas de Regadio, Provisão de Equipamento de Regadio.

CFMP – BREVES CONSIDERAÇÕES

Informação geral

Objectivos:	Os participantes aprendem o que é CFMP, a sua importância, o calendário do CFMP, e os motivos do CFMP (a ligação que tem com os diferentes instrumentos de planificação)
Duração:	30 hora
Técnicas:	Palestra – ppt
Nível de dificuldade:	Baixo
Requisitos:	<ul style="list-style-type: none">- Data show- Laptop- Extensão eléctrica
Preparação da sala:	As cadeiras são colocadas em forma de U com espaço suficiente para a produção individual.

Procedimento

Apresente os slides com o título PL05_02a_CFMP_Breves_Considerações.ppt

Material de fundo

CFMP COMO INSTRUMENTO INTERMÉDIO ENTRE OS PLANOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS NO PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

A fase inicial do processo de planificação e orçamentação em Moçambique, é considerada de extrema importância para a elaboração dos diferentes instrumentos estratégicos e operacionais (PES e Orçamento do Estado).

A importância da fase inicial, obedecendo o ciclo de planificação, é de averiguação e análise do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado, em relação as actividades planificadas e a projecção de recursos financeiros necessários para a sua implementação no ano $n+1$.

O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), é o instrumento que serve de base para a fase inicial de planificação e Orçamentação, pois, é através deste que os diferentes actores envolvidos no processo fazem:

- o alinhamento das políticas; e
- o ajuste das estratégias.

Estes dois elementos, visam harmonizar e alcançar os objectivos definidos nos diferentes planos de longo prazo.

O CFMP é também, um instrumento de planificação de médio prazo utilizado no processo de preparação e elaboração do Orçamento de Estado, e de captação e gestão dos recursos do erário público. Procura trazer melhorias na qualidade de prestação de serviços públicos.

O CFMP, permite efectuar mudanças estruturais na despesa e aumentar o grau de previsibilidade dos recursos, contribuindo para uma planificação estratégica coerente e compatível com os recursos possivelmente disponíveis.

As acções previstas no PARPA, encontram resposta, em termos de recursos necessários no CFMP.

O resultado das acções e a sua implicação financeira, devem ser reflectidos no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento do Estado (OE) do ano $n+1$. Para além de

determinar e orientar a elaboração do PES e OE referentes ao ano seguinte, o CFMP apresenta a forma como as estratégias deverão ser implementadas nos dois anos seguintes bem como a implicação financeira resultante do ajuste destas estratégias.

ENQUADRAMENTO DO CFMP E ARTICULAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO

O CFMP é um dos componentes importantes do Sistema de Planificação em Moçambique (SNP) que é composto pelas seguintes categorias:

a) Os de natureza estratégica

- Estes, apresentam um conjunto de directivas aprovadas e implementadas pelo Governo, com vista a orientar a intervenção da acção pública e/ou privada. Por exemplo o Plano Quinquenal do Governo (PQG), a Política de Habitação, Política Comercial, entre outros.

b) Os planos operacionais

- Que tem como finalidade operacionalizar todo o processo de planificação, a curto e médio prazo e contem todas as indicações das providências que devem ser tomadas e as actividades a serem desenvolvidas para se atingir os objectivos, acções e metas pretendidas nos prazos estabelecido e os locais onde devem ser implementadas as actividades. Por exemplo o PES e o OE.

c) De Monitoria e Avaliação (M&A)

- Estes instrumentos são importantes para realimentar o processo de tomada de decisões e são focalizados no nível de alcance dos resultados, factores determinantes de progresso ou fraco desempenho de forma a reformular as acções planificadas ligadas a recursos necessários e adequados. Constituem principais instrumentos de M&A do Governo o Balanço do Plano Económico e Social (BdPES), O relatório de Execução Orçamental (REO), o Balanço do Plano Quinquenal do governo (BdPQG) e o Relatório de Avaliação do Impacto do PARPA II (RAI)

O CFMP é o instrumento intermédio entre a planificação estratégica e operacional. A M & A é importante no CFMP na medida em que a planificação e ajustamento na

implementação das prioridades é feita tendo em conta a informação sobre o desempenho e resultados previamente observados.

A elaboração do CFMP inicia em Novembro¹ do ano N-1² e termina em Abril ano N. Com base nos limites do CFMP, PES/OE anteriores aprovados, faz-se a planificação inicial. Neste processo, determinam-se os pressupostos macroeconómicos que influenciam o nível de arrecadação de receitas. Determina-se o nível de receitas fiscais e não fiscais, recursos externos que podem ser usados nas despesas. E por fim, faz-se a afectação estratégica de recursos tendo em conta as prioridades nacionais.

Apresentam-se as principais acções e os limites globais indicativos correspondentes que reflectem o somatório dos limites sectoriais e outras despesas gerais.

Ao longo do processo da elaboração do CFMP, decorrem os processos de ajuste do PES e OE. Esta segunda etapa inicia após a aprovação do CFMP. Através dos limites indicativos (globais e sectoriais), apenas são finalizados alguns dos aspectos da elaboração do PES e OE ora iniciados durante o primeiro estágio. Neste estágio prosseguem discussões técnicas de ajustes de metas e necessidades de recursos face à outras necessidades não mencionadas no primeiro estágio. Esta fase **termina a 31 de Julho, com a submissão do PES e do OE no MPD/MF**. Uma vez que durante a aprovação do CFMP até os meados desta fase possam ocorrer mudanças estruturais e conjunturais importantes, é nesta fase que as actividades e os respectivos orçamentos são ajustados.

O terceiro estágio inicia após a submissão pelos sectores do PES e OE a 31 de Julho. Especificamente, decorre o processo de harmonização dos três instrumentos para que sejam submetidos e depositados na Assembleia da República a 15 de Setembro, cada um dos quais apresenta informação a ela inerente: O CFMP apresenta a articulação, ajustes das estratégias e mecanismos de concretização das prioridades ao longo de três anos e consequente implicação financeira. O PES apresenta o leque das actividades a serem implementadas; o OE a expressão financeira das actividades emanadas no PES.

¹ Isto num contexto em que ainda não se inclui o Distrito no processo. No caso de inclusão do Distrito, o processo poderá iniciar relativamente mais cedo do que é actualmente.

² Por exemplo 2010 é o ano N-1 em relação ao ano 2011.



República de Moçambique



Comissão Europeia

PROJECTO
SUPORTE INSTITUCIONAL AO MINAG

EXECUTADO PELA:



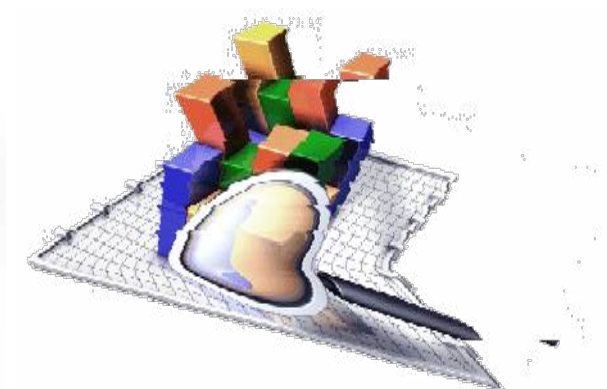
Planificação



Orçamentação



Indicadores



Tema 4: Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)

CFMP – Breves Considerações



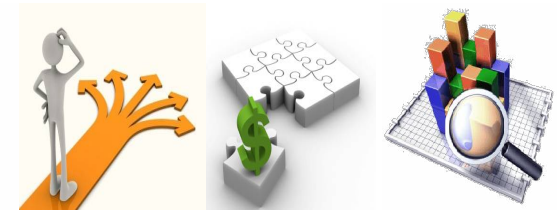
O Que é CFMP?

É um instrumento de planificação de médio prazo através do qual o Governo organiza e apresenta as opções estratégicas direccionadas a materializar as grandes linhas constantes no seu PQG e PARPA.

É o espaço no qual se faz a afectação de recursos para a realização das despesas do Estado.



O CFMP é o documento de **base para a elaboração do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE).**



Os objectivos do CFMP são:



Apresentar as opções de política económica do Governo a médio prazo.



Estabelecer a previsão de recursos disponíveis para financiar a despesa pública.



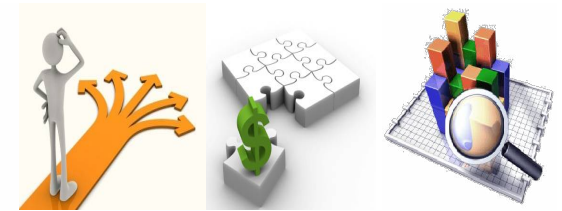
Estabelecer uma ligação consistente entre os objectivos e prioridades do governo e o uso dos recursos no OE.



O CFMP é importante porque:

1. Permite discutir e definir as metas macroeconómicas bem como tomar decisões sobre a despesa necessária para o alcance dos objectivos do Governo, na medida em que:

- ☐ Estabelece a ligação entre as estratégias e a afectação de recursos
- ☐ Fixa as bases para geração dos recursos
- ☐ Quantifica os recursos potenciais a serem posteriormente usados para as despesas do Estado.



O CFMP é importante porque:

2. Permite uma planificação estratégica de médio prazo coerente e compatível com os recursos disponíveis, assegurando a disciplina fiscal e o equilíbrio macroeconómico.

3. Ajuda a prever as receitas e despesas públicas, através do qual se fixam os limites do OE para cada ano económico.



✓ Mapas

- ✓ [Mapa B](#) – Despesas de Investimento
- ✓ [Mapa C](#) – Despesas de Funcionamento
- ✓ [Mapa R](#) – Receitas

✓ [Estrutura Modelo](#) para elaboração a Fundamentação

✓ Exercícios



- ✓ Orçamento indicativo (OE10)
- ✓ [PQG 2010-14.](#)
- ✓ Pilares e áreas de actuação do PARP
- ✓ Indicadores que constam no [RAI](#)



CFMP - ESTRUTURA, MODELO E SEUS MAPAS

Informação geral

Objectivos:	Os participantes aprendem a estrutura modelo do CFMP e os mapas que alimentam o CFMP
Duração:	30 min
Técnicas:	Palestra
Nível de dificuldade:	Médio
Requisitos:	<ul style="list-style-type: none">- cópias do mapa de CFMP- cópias do Mapa B do CFMP – Despesas de Investimento- cópias do Mapa C do CFMP – Despesas de Funcionamento- cópias do Mapa R do CFMP – Receitas- Quadro metaplan, folhas de flipchart e marcadores
Preparação da sala:	As cadeiras estão colocadas em forma de U com espaço suficiente para a produção individual.

Introdução

Os participantes terão a oportunidade de conhecerem os vários mapas que alimentam o CFMP. O facilitador irá disponibilizar os mapas e incentivar uma discussão sobre que informações são inseridas em cada um desses mapas, quem é que os preenche, como é que essas informações são consideradas na elaboração do CFMP.

Procedimento

Passos	Tempo	Conteúdos mais importantes	Material requerido	Dicas
Introdução	5'	Distribua uma cópia de cada um dos mapas que alimentam o CFMP e o modelo do mapa do CFMP.	- cópias do mapa de CFMP, Mapa B, Mapa C, Mapa R	
Acção	10'	Em grupos de 4 participantes os participantes devem analisar os mapas distribuídos e discutirem como é que os mapas B, C e R alimentam o CFMP. Quais são as informações desses mapas que vão alimentar cada campo do CFMP.		
Publicação	10'	Os representantes de cada grupo apresentam os resultados em folhas flipchart.	Quadro metaplan	
Generalização & Aplicação	5'	Perguntas centrais <ul style="list-style-type: none"> • Quem é que preenche os mapas B, C, R? • Como é que essas informações são tratadas para a elaboração do CFMP? • Qual é a importância do CFMP? • Qual é o impacto de um CFMP que não espelhe a realidade? 		

Dicas para a preparação, situações e problemas típicos

Procure perceber muito bem a ligação entre os 3 mapas e o CFMP. Verifique que entendeu bem cada um dos campos do CFMP e dos mapas que o alimentam.

Variação

1) Usos e objectivos alternativos

Não se encontra

2) Minimizar/Maximizar

Não se encontra

Material de fundo

ESTRUTURA MODELO: FUNDAMENTAÇÃO CFMP 2011-13

1. INTRODUÇÃO
 - a. Objectivos e visão
 - b. Desafios
2. JUSTIFICAÇÃO DAS DESPESAS E RECEITAS
 - a. Resumo de receitas e despesas

Nome da UGB

		Execução 2009	OE 2010 (Indicativo)	CFMP2011 Limite Proposta	CFMP2012 Limite Proposta	CFMP2013 Proposta
Investimento	Programa					
	Total de Recursos Internos					
	Total de Recursos Externos					
Funcionamento						
Receitas						

- b. Conteúdo dos Programas de Investimento
 - Quais são os objectivos do Programa?
 - Quais são as acções relevantes aos objectivos dos programas?
 - Como foram custeadas as acções?
 - Justificar o valor por programa proposto?
 - c. Despesas de Funcionamento
 - Existe excesso? Caso sim justifique
 - d. Receitas
- 3. PROJECTOS COM GRANDE CONTRIBUIÇÃO NO PIB
 - a. Nome e tipo de empreendimento
 - b. Localização Geográfica
 - c. Datas
 - d. Montante a ser Investimento
 - e. Contribuição do Estado

Projecção das Despesas de Investimento por Projecto da UGB - TODAS AS FR

 10^3 MT

Sector:	Código UGB	Designação Oficial Completa, sem Abreviações (sigla oficial)
Órgão Responsável pelo Sector:		

 10^3 MT

Despesa de Funcionamento Global					2010			
Código Sector	Designação Completa do Sector (UGB)	Código UGB	Sal. & Remuner	Outras Desp Pess	B&S	Demais Correntes	Desp. Capital	Total
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								

 10^3 MT[illegible]

MINISTÉRIO DO PLANO E DESENVOLVIMENTO - MPD
 METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DO CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO - CFMP - 2010-2012
 PROJEÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO POR SECTOR GLOBAL
 Curso: PLANIFICAÇÃO, ORÇAMENTO e INDICADORES

10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								

Limite CFMP 2010_2012

10^3 MT

Despesa de Funcionamento Global

Código Sector	Designação Completa do Sector (UGB)	Código UGB	Sal. & Remuner	Outras Desp Pess	2012 B&S	Demais Correntes	Desp. Capital	Total
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								

Exercício Económico de 2010

10^3 MT

Despesa de Funcionamento Global

Código Sector	Designação Completa do Sector (UGB)	Código UGB	Sal. & Remuner	Outras Desp Pess	2013 B&S	Demais Correntes	Desp. Capital	Total
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								

MINISTÉRIO DO PLANO E DESENVOLVIMENTO - MPD
METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DO CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO - CFMP - 2010-2012
PROJEÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO POR SECTOR GLOBAL
Curso: PLANIFICAÇÃO, ORÇAMENTO e INDICADORES

10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								
10000500								



Proposta do Sector

10³ MT

		2011			
Sal. & Remuner	Outras Desp Pess	B&S	Demais Correntes	Desp. Capital	Total

MINISTÉRIO DO PLANO E DESENVOLVIMENTO - MPD
 METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DO CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO - CFMP - 2010-2012
 PROJEÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO POR SECTOR GLOBAL
 Curso: PLANIFICAÇÃO, ORÇAMENTO e INDICADORES

10³ MT

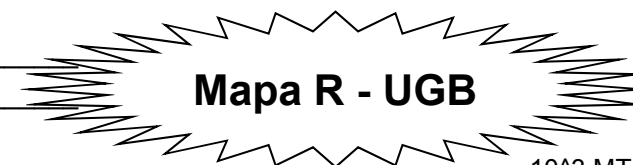
		2012			
Sal. & Remuner	Outras Desp Pess	B&S	Demais Correntes	Desp. Capital	Total

10³ MT

		2013			
Sal. & Remuner	Outras Desp Pess	B&S	Demais Correntes	Desp. Capital	Total

MINISTÉRIO DO PLANO E DESENVOLVIMENTO - MPD
 METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DO CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO - CFMP - 2010-2012
 PROJECCÃO DAS RECEITAS POR SECTOR / UGB
 Curso: **PLANIFICAÇÃO, ORÇAMENTO e INDICADORES**

Sector: **Código UGB** **Designação Oficial Completa da UGB , sem Abreviações**
Instituição (UGB):



Projecção das Receitas Consignadas da UGB

10³ MT

Código FR	Designação da FR	Código CER	Designação da CER	Moeda	Valor Previsto			
				MT	2010	2011	2012	2013

Metodologia da Estimativa da Receita

Legislação:

Projecção das Receitas Próprias da UGB

10³ MT

Código FR	Designação da FR	Código CER	Designação da CER	Moeda	Valor Previsto			
				MT	2010	2011	2012	2013

Metodologia da Estimativa da Receita

Legislação:

Obs.:

1 - UGB que não programaram a receita no OE 2009 poderão deixar o campo do exercício 2009 em branco, ou, caso desejem, poderão preenchê-lo com o valor projectado para uso apenas para fins estatísticos.

2 - Toda UGB que não efectuar recolha de qualquer receita deve ser solicitada a preencher o cabeçalho do mapa e apresentar o modelo em branco e declarar tal facto para efeito de controlo.

3 - A Metodologia da Estimativa da Receita consiste em explicar com base em que parâmetros, ou índices, os valores estimados para 2010, 2011, 2012 foram calculados

Como por exemplo, aumento do PIB, da população, da oferta da prestação de serviço, da demanda pelo serviço etc.

4 - este arquivo, depois de preenchido, deverá ser enviado pela UGB à UGB globalizadora impresso e assinado pelo responsável pela UGB e em meio magnético (ficheiro Excel)

MINISTÉRIO DO PLANO E DESENVOLVIMENTO - MPD

METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DO CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO - CFMP - 2010-2012

PROJECCÃO DAS RECEITAS POR SECTOR / UGB

Curso: PLANIFICAÇÃO, ORÇAMENTO e INDICADORES